

Processo de privatização e expansão das telecomunicações no Brasil¹

Process of privatization and expansion of telecommunications in Brazil

El proceso de privatización y la expansión de las telecomunicaciones en Brasil

Processus de privatisation et l'expansion des télécommunications au Brésil

Mavine Pereira Barbosa Monteiro*
Alberto de Oliveira**

Resumo: Neste artigo, com o objetivo de compreender a política nacional das privatizações das telecomunicações brasileiras e as motivações e efeitos gerados pelos investimentos estrangeiros no setor, foi preciso recompor a história das cinco últimas décadas, pela revisão bibliográfica de literatura sobre o tema e análise de dados oriundos de Instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Agência Nacional de Telecomunicações, Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro e da própria imprensa nacional, devido à contemporaneidade do tema. Foi constatado que esse segmento registrou transformações estruturais significativas, não apenas no Brasil, mas, também, no mundo, notadamente no que tange ao acervo tecnológico e às forças que regulam a concorrência e as relações comerciais nesta cadeia produtiva. O setor de telecomunicações sofreu grande transformação na década de 1990, mais precisamente após a privatização do Sistema Telebras, colocando em cena gigantes empresas estrangeiras na economia brasileira.

Palavras-chave: Privatizações; telecomunicações; investimentos externos

Abstract: In this article, in order to understand the national policy of privatization of telecommunications companies and the motivations and effects generated by foreign investment in the sector, it was necessary to reconstruct the history of five decades, based on a review of literature on the subject and analysis data from institutions like the National Bank of Economic and Social Development, the National Telecommunications Agency, Stock Exchange of Rio de Janeiro and the national press itself, due to the contemporary theme. It was noted that this segment recorded a major structural change, not only in Brazil but also in the world, notably in regard to the collection and technological forces that govern competition and trade relations in this chain. The telecommunications industry has underpinned major transformation in the 90's, more precisely after the privatization of the Telebrás, by playing giant foreign companies in the Brazilian economy.

Keywords: Privatization, Telecommunications, Foreign Investments

* Graduada em Economia na UFRRJ e mestranda em agronegócio na UFG. mavine85@yahoo.com.br

** Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRRJ. Professor titular no departamento de Economia da UFRRJ. Alberto.ippur@gmail.com

Introdução

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em 2009, o contingente populacional com acesso a telefonia fixa e móvel alcançou patamar nunca antes registrado na história das telecomunicações nacionais. Tal resultado reflete o esforço deliberado do governo federal no sentido de modernizar o país. A privatização do setor, peça-chave para o entendimento da dinâmica atual, significou a ruptura do padrão de gestão pública até então observado no Brasil, quando as necessidades do mercado passam a determinar as ações governamentais. Porém, pouco mais de uma década após a privatização da telefonia, os avanços tecnológicos vêm alterando o modelo de comercialização dos serviços de telecomunicações, com ênfase na transmissão de dados e na flexibilização de conteúdos. O acesso a conexões de internet com maior capacidade de transmissão vem crescendo fortemente no país. Assim, se nos anos 1990, a "modernidade" estava no celular, o ícone da atual década está na banda larga.

Segundo Siqueira (1997), a despeito da dominação do capital privado no sistema nacional de telecomunicações, não restam dúvidas de que as transformações no "modelo de modernidade" não são levadas adiante sem a anuência e, principalmente, sem o vultoso investimento de capitais públicos. Seguindo a visão do autor, da mesma forma que, nos anos 1990, montante expressivo de recursos públicos foi mobilizado para o setor tendo como justificativa a necessidade de ajustar a infraestrutura disponível à realidade da economia globalizada. Na atual década, bandeiras como a "democratização digital" são empunhadas para garantir a ampliação do acesso à internet para a população de baixa renda que, como se sabe, não conta com recursos suficientes para ingressar no mercado regular de comercialização de banda larga. A privatização já acabou, contudo, o estado continua incumbido de garantir o financiamento para a sustentação dos negócios no mercado de telecomunicações, sempre em nome da democracia e da modernidade.

Metodologia

A realização deste artigo foi motivada pela necessidade de refletir sobre a história do processo de privatização das telecomunicações no Brasil e como essas transformações, tendo em vista os novos requerimentos do mercado, vem contribuindo para a atual configuração do setor no Brasil. Em poucas palavras: quais foram as condições econômico-políticas que levaram à privatização das telecomunicações no Brasil? Quanto isso custou ao país? Como o capital privado vem reagindo às transformações na base tecnológica e de negócios pós-privatização? Estas foram as perguntas que orientaram este artigo.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, sendo que o delineamento seguiu revisão bibliográfica, sendo utilizadas fontes de domínio público como artigos científicos, livros, revisão documental e consulta a dados de instituições públicas.

O artigo foi organizado em três sessões: a primeira apresenta uma breve retrospectiva do processo de formação do setor de telecomunicações no Brasil, até a privatização, nos anos 1990. A seguinte foi dedicada à privatização e seus desdobramentos. Na terceira sessão, o eixo de análise foi deslocado para os rumos que o setor vem trilhando no momento atual, incluindo as transformações tecnológicas. Algumas considerações são anotadas ao final do trabalho.

O nascimento das telecomunicações no Brasil: dos primórdios da telefonia à derrocada da Telebras: 1952-1996

A lei 4.117 definiu a política de telecomunicações, a sistemática tarifária e o plano para integrar as companhias num Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT); estabeleceu o Contel; autorizou a criação da Empresa Nacional de Telecomunicações S.A (Embratel), que tinha como finalidade implementar o sistema

de comunicações de longa distância; e instituiu o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) destinado a financiar, sobretudo, as atividades da Embratel (Gordinho, 1997). Estava, assim, formalizada uma política pública nacional para o setor.

Segundo Siqueira (1972), a Embratel, formada em 16 de setembro de 1965, foi um marco da engenharia de telecomunicações nacional. Em 1968, já realizava ações de destaque, como a ligação interurbana de alta capacidade em micro-ondas entre São Paulo e Porto Alegre. A Embratel teve acelerado processo de expansão, fosse pelos investimentos em sua rede, fosse pela aquisição do controle acionário de outras empresas. Em consonância à política implementada no início dos anos 1960 e visando equacionar os problemas concernentes às operadoras urbanas, o Ministério das Comunicações propôs uma nova estrutura para o setor por meio da lei 5.792, de 11 de julho de 1972. Criou-se, então, uma sociedade de economia mista, denominada Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás), vinculada ao Ministério das Telecomunicações, com atribuições de planejar, implantar e operar o SNT.

De acordo com Neves (2002), o ano de 1998 representa um marco na história das telecomunicações brasileiras: o Sistema Telebrás foi privatizado em 29 de julho daquele ano. O processo de transformações tivera início com a mudança na Constituição Federal e prosseguira com a promulgação da Lei Mínima e da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), em 17 de julho de 1997. Esta criava e implementava a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o órgão regulador, e aprovava o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas e a Reestruturação do Sistema Telebrás, culminando com a venda das ações de propriedade da União.

Na década de 2000, observa-se a desaceleração do movimento de expansão da telefonia fixa no Brasil. A explicação desse fenômeno está ligada, não somente a fatores exógenos à indústria, como, por exemplo, a desaceleração da economia americana (com reflexos em todo o mundo), mas também a elementos endógenos, como segue: a) o sobreinvestimento em infraestrutura (que se baseava em previsões não confirmadas do tráfego de dados a ser gerados por empre-

sas da Internet) causou forte queda nos preços dos serviços; b) a estrutura do capital das empresas com alto grau de alavancagem, sendo parte do endividamento oriundo do pagamento de licenças, com preços supervalorizados, também por conta de previsões de demanda não confirmadas; c) e os atrasos no desenvolvimento de determinadas tecnologias e na aceitação de outras, em função da ausência de serviços de valor agregado. Esses elementos, conjugados, causaram a postergação das estimativas para retorno dos investimentos.

A privatização Os grandes montantes das privatizações brasileiras: serviços

Segundo Giambiage (2000), o motivo do declínio dos serviços estatais ocorreu devido à crise dos anos 1980. O investimento das empresas estatais foi um dos motores de crescimento da economia brasileira na segunda metade dos anos 1970, tendo tido ainda uma importância significativa até o início da década de 1980. Nesta última, ou seja, a “década perdida”, os investimentos foram perdendo fôlego, com consequências negativas tanto sobre o desempenho das próprias empresas, como sobre a economia como um todo, uma vez que elas se situavam, em muitos casos, em setores-chave para viabilizar um novo ciclo de crescimento, como, por exemplo, o setor de telecomunicações. É neste cenário que as privatizações surgem como a “receita” para curar os males de um Estado agonizante, visto que já havia se transformado numa tendência mundial, depois do impacto que tinham tido na esfera internacional, como, por exemplo, no Chile e na Inglaterra.

De acordo com Giambiage (2000), em 1995 iniciou-se no Brasil a privatização dos serviços públicos, com destaque para os setores de energia e do setor das telecomunicações. Ao contrário das privatizações anteriores, no caso desses setores era necessário que a venda das empresas fosse acompanhada pelo desenho de um esquema adequado de

regulação, sob pena de substituir uma situação de monopólio público por outra de monopólio privado. Por afetar grande público e pela própria dimensão das empresas, tratou-se de processos de um modo geral mais demorados e sujeitos a um crivo maior por parte da imprensa e da opinião pública em geral.

A quebra do monopólio estatal das telecomunicações foi efetivada com a aprovação da Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995, que deu nova redação ao artigo 21, inciso XI, da Constituição Federal, facultando a privatização do serviço de telecomunicações. Retirou do texto a expressão “empresas sob controle acionário estatal” quando se refere aos agentes exploradores do serviço e estabeleceu a criação de um órgão regulador (web: site Anatel, acesso em agosto de 2009).

A privatização da TELEBRÁS

A privatização das telecomunicações brasileiras completou 10 anos em 2008. Isto sugere um balanço setorial. Segundo a Anatel, no dia 29 de julho de 1998, o Brasil só contava com 5,5 milhões de celulares em serviço. Hoje são 133,1 milhões - um crescimento de 2.300%. Nesse mesmo período, o número de linhas fixas mais do que dobrou, passando de 19 milhões para 40 milhões. A soma de acessos (telefones) fixos e móveis alcançava 24,5 milhões. Hoje são 173 milhões. Ainda segundo o órgão regulador, o número de usuários de Internet, que era de 1,4 milhão, hoje ultrapassa 40 milhões. O indicador mais significativo do ponto de vista social, a densidade telefônica, saltou de 17 acessos por 100 habitantes para 93 por 100. Em dois anos, o País terá mais telefones do que gente. Para entender como o setor alcançou estes números é necessário um retrospecto do processo da privatização do Sistema Telebras no Brasil (Anatel, 2009).

A cisão

Na época de sua privatização, o antigo sistema Telebrás operava o sistema de te-

lecomunicações no Brasil através de uma empresa *holding* (Telebrás), 27 empresas-polos e uma operadora nacional e internacional (Embratel), representando cerca de 91% da base telefônica do país (Padilha, 2001, p.41).

Segundo Padilha (2001), além da Telebrás existiam outras quatro empresas independentes que eram, porém, tecnicamente, integradas ao sistema: a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), então pertencente ao governo do estado do Rio Grande do Sul, que em 1996 vendeu 35% de suas ações ordinárias a um consórcio liderado pela Telefônica de Espanha, que, por sua vez, as vendeu para a operadora Brasil Telecom; a Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (Ceterp), operadora municipal de Ribeirão Preto – SP, adquirida pela Telefônica, em dezembro de 1999; a Serviços de Comunicações de Londrina (Sercomtel, operadora municipal de Londrina – PR); e a Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC Telecom, a única empresa privada no setor, controlada pelo grupo Algar que operava nas regiões do Triângulo Mineiro (MG) e partes de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo).

De acordo com Branquinho e Pires (2000), em junho de 1998, o governo federal detinha 50,4% do capital votante da Telebrás e tão-somente 21,4% do capital total. A empresa contava com um número expressivo de acionistas, incluindo investidores de grande porte e individuais. A *holding* Telebrás possuía o controle acionário de suas subsidiárias e os serviços de telecomunicações eram explorados sob concessão da União.

Segundo os autores, a Telebrás foi cindida em 12 empresas, sendo quatro do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e as oito demais do Serviço Móvel Celular – SMC (banda A). Assim, a alternativa adotada foi a criação de um pequeno número de empresas de abrangência regional (três – T1, T2 e T3) para a telefonia fixa, privatizadas em 1998. As três *holdings* de telefonia fixa são as seguintes: T1 – Tele Norte/Nordeste e Leste; T2 – Tele Centro/Sul; e T3 – Telesp – Estado de São Paulo.

O leilão

Em linhas gerais, a licitação de concessões para a Banda B de telefonia celular, e posteriormente a privatização das empresas do Sistema Telebrás, atraíram a entrada de operadores internacionais (Pires, 2000).

Segundo Pires (2000), o projeto de reestruturação da TELEBRÁS consistiu em dividi-la em três *holdings* regionais que controlariam as empresas operadoras estaduais de telefonia fixa, em uma *holding* que controlaria a EMBRATEL e em oito *holdings* que controlariam as empresas estaduais de telefonia móvel (banda A). As três *holdings* regionais controlariam:

- a) A TELESP e, indiretamente, a CTB Campo;
- b) As empresas das regiões Sul e Centro-Oeste, a Tele Centro Sul, que abrange os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e uma parte do interior do Rio Grande do Sul;
- c) As empresas das regiões Norte, Nordeste e Leste, a Tele Norte Leste, que abrangia os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Paraíba, Amapá, Amazonas e Roraima;

Já as oito *holdings* da telefonia celular foram as seguintes:

- a) Tele Norte Celular, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Maranhão;
- b) Tele Nordeste Celular, abrangendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas;
- c) Tele Leste Celular, abrangendo Bahia e Sergipe;
- d) Telemig Celular, de Minas Gerais;
- e) Tele Sudeste Celular, abrangendo Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- f) Telesp Celular, de São Paulo;

g) Tele Celular Sul, abrangendo Paraná e Santa Catarina;

h) Tele Centro Oeste celular, abrangendo Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Distrito Federal;

O leilão aconteceu no dia 29 de julho de 1998, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, por meio de propostas em envelope fechado. O leiloeiro abriu o envelope de uma das empresas e depois de declarada essa empresa como a vencedora é que foram abertos os envelopes das seguintes (Branquinho e Pires, 2000). Segundo os autores, caso a diferença entre duas propostas fosse menor ou igual a 5% do maior valor oferecido nas propostas fechadas, haveria repique a viva-voz. Além disso, nenhum consórcio poderia comprar mais de uma operadora por grupo. O edital também determinava que um mesmo consórcio poderia ter 20% ou mais das ações com direito a voto em uma empresa de telefonia fixa e em duas de telefonia celular – sendo uma de celular nas regiões Sul e Sudeste e outra nas demais.

Além do leilão da Banda A, já havia acontecido a concessão dos serviços de telefonia celular da banda B. O leilão da Banda B por sua vez teve como critério para as empresas vencedoras, além do preço, o valor da cesta de tarifas. A implantação da banda B teve como objetivo principal estabelecer concorrência entre estas empresas e empresas da banda A. Além disso, optou-se pela criação da ANATEL.

De acordo com Pires (2000), os lances mínimos para as três *holdings* regionais, Embratel e as oito companhias de telefonia celular da Banda A são mostrados na tabela 1. Como um todo, a TELEBRÁS seria no mínimo vendida por R\$ 13,47 bilhões, correspondendo a 51,79% das ações com direito a voto dessa empresa ou 19,26% do total das ações. Os 80,74% restantes do capital das *holdings* pertenciam aos investidores privados.

Segundo Pires (2000), como a Telebrás detinha cerca de 77% do capital das teles e a União aproximadamente 20% desse valor, o que estaria sendo ofertado no leilão corresponderia a aproximadamente 15% do valor total das empresas. O restante já estava privatizado e pulverizado entre mais de 3,5 milhões de acionistas. De acordo com as empresas consultoras, o valor econômico das empresas

operadoras seria de R\$ 71 bilhões e com um ágio de 20% chega-se aos R\$ 13,47 bilhões fixados pelo governo. Para o Ministério das

Comunicações, esse valor era 85% superior ao valor contábil da empresa e 78% superior ao valor da empresa na Bolsa de Valores.

TABELA 1: VALORES ATRIBUÍDOS PELO GOVERNO PARA A VENDA DA TELEBRÁS

Holding	Valor do Sistema TELEBRÁS (R\$ milhões)	Valor das Holdings (1) (R\$ milhões)	Preço mínimo da participação do Governo (2) (R\$ milhões)
Tele Norte Leste	22.600	17.650	
Tele Centro Sul	12.800	10.130	
Telesp	26.800	18.280	
Embratel	9.460	9.350	
Telesp Celular	8.000	5.710	
Tele Sudeste Celular	3.980	2.960	
Telemig Celular	1.440	1.190	
Tele Celular Sul	1.580	1.190	
Tele Centro Oeste Celular	1.380	1.190	
Tele Norte Celular	630	470	
Tele Leste Celular	750	650	
Tela Nordeste Celular	1.520	1.170	
Total	-	69.940	13.470

Fonte: BNDES

(1) Considerando o nível de participação nas controladoras

(2) 19,26% do capital das *holdings*

Os interessados nas *holdings* eram tanto grupos nacionais quanto internacionais. Destaques nacionais eram o grupo Bozano Simonsen, Banco Opportunity, Globopar e a Construtora Andrade Gutierrez. Grupos internacionais com maior força seriam a British Telecommunications, a France Telecom, a Itália Telecom, a Telefônica de Espanha, Portugal Telecom e Bell South (Pires, 2000). Antes mesmo do leilão, esses grupos foram se organizando visando à formação de consórcios. Um consórcio formado antes do leilão foi a União Globopar Bradesco (UGB)/Itália Telecom (Stet), que disputaria nove das 12 companhias.

Esse consórcio já havia vencido a licitação para a exploração da Banda B em Minas Gerais, Bahia e Sergipe. Dessa forma não poderiam concorrer na compra das operadoras de celulares dessas áreas. O quadro 1 mostra as empresas vencedoras do processo de privatização da Telebrás.

Como um todo, a Telebrás foi vendida por R\$ 22 bilhões, totalizando um ágio sobre o preço mínimo de venda de 63,74%. A empresa com maior ágio em termos percentuais foi a Tele Leste Celular, com 242,40% de

ágio. E o menor ágio foi pago pela Tele Norte Leste, com ágio de apenas 1% (BVRJ, 2009). Apenas duas propostas disputaram a Telesp: uma da Telefônica de Espanha, a vencedora, a outra do consórcio Globopar/Bradesco e Telecom/Itália. A proposta vencedora foi de R\$ 5,78 bilhões, enquanto a concorrência foi de apenas R\$ 3,965 bilhões. Restou apenas uma proposta para a Tele Centro Sul, já que a proposta da concorrente havia sido anulada pelo fato dela ser da Telefônica, que já havia comprado a Telesp.

O consórcio vencedor foi liderado pelo Banco Opportunity e reunia fundos de investimento, fundos de pensão e a operadora Telecom Itália. A Tele Norte, por sua vez, também teve um único concorrente, o consórcio liderado pela empresa Andrade Gutierrez e pela La Fonte de Carlos Jereissati, pagando um ágio de apenas 1%, ou R\$ 340 mil a mais que o preço mínimo.

A disputa pela Embratel foi a mais acirrada de todas e única do grupo A onde houve repique à viva-voz. Dois consórcios disputaram a Embratel: um da empresa norte-americana Sprint, fundos de pensão e banco Opportunity, e o outro a MCI, agenciada pela corretora Unibanco.

QUADRO 1: EMPRESAS VENCEDORAS DA PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS

Empresa	Comprador	Valor da Compra (R\$)	Quant. de ações	% Ord.	Ágio
Telesp	Telebrasil Sul Participações	5.783.000.000,00	64.405.151.125	51,70	64,29%
Tele Centro Sul	Solpart Participações S.A	2.070.000.000,00	64.405.151.125	51,70	6,15%
Tele Norte Leste	Total	3.434.000.108,00	63.604.351.125	51,14	1,00%
	Construtora Andrade Gutierrez	728.008.024,00	13.653.092.000	10,98	
	Inepar	686.800.062,00	12.081.031.000	9,71	
	Maçal	686.800.062,00	12.081.031.000	10,36	
	Fiago	642.158.012,00	12.043.763.125	9,68	
	Brasil veículos Companhia de Seguros Aliança	345.116.974,00	6.472.717.000	5,2	
Embratel	Startel Participações	2.650.000.000,00	64.405.151.125	51,70	47,22%
Telesp Celular	Portelcom Participações	3.588.000.000,00	64.405.151.125	51,70	226,18%
Tele Sudeste celular	Total	1.360.000.000	64.405.151.125	52	138,60%
	Telefônica Internacional S.A	1.074.400.000,00	50.880.069.389	40,91	
	Iberdrola Investimentos Sul	95.200.000,00	4.508.360.579	3,62	
	NTT Mobile Communications Network Inc.	115.600.000,00	5.474.437.846	4,4	
	Itochu Corporation	74.800.000	3.542.283.311	2,85	
Telemig Celular	Telapar Participações	756.000.000,00	64.405.151.125	51,79	228,70%
Tele Celular Sul	Total	700.000.000,00	64.405.151.125	51,79	204,35%
	UGB Participações	350.000.000,01	32.202.575.563	25,89	
	Bitel Participações	349.999.999,99	32.202.575.562	25,89	
Tele Nordeste Celular	Total	660.000.000,00	64.405.151.125		193,33%
	UGB Participações	330.000.000,01	32.202.575.563		
	Bitel Participações	329.999.999,99	32.202.575.562		
Tele Leste Celular	Total	428.000.824,00	64.405.151.125	51,79	193,33%
	Iberdrola Telefônica Internacional	265.360.510,88	39.931.193.697	25,89	
		162.640.313,12	24.473.957.428	25,89	
Tele Centro Oeste Celular	BID S.A	440.000.000,00	64.405.151.125	51,79	91,30%
Tele Norte Celular	Telepart Participações	188.000.000,00	64.405.151.125	51,79	108,89%
Telebrás		22.057.000.932	-	-	63,74%

Fonte: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Elaborado pelos autores.

O banco Opportunity ofereceu ágio de 38,85% em envelope fechado e a MCI ágio de 37,38%. Como as propostas eram muito próximas, houve repique a viva-voz, a MCI venceu o leilão, pagando um ágio de 47,22% sobre o preço mínimo (BVRJ, 2009).

Em relação às empresas de celulares, a Telesp foi comprada pela empresa portuguesa Portugal Telecom, que tem atuação conjunta com a Telefônica de Espanha nos países de língua portuguesa e espanhola. A Telefônica de Espanha, vencedora no leilão da Telesp, também estava presente entre as ganhadoras da Tele Sudeste Celular. Além disso, a acionista majoritária da Tele Brasil Sul, junto com a Iberdrola, venceram a concorrência da Tele Leste Celular.

De acordo com Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (2009), a Telemig Celular, conhecida no mercado como talvez a mais eficiente das telefônicas celulares, foi a que teve mais propostas e foi arrematada pelo consórcio liderado por uma operadora canadense de telefonia celular (49%), pelo banco Opportunity (27%) e fundos de pensão, que pagaram um ágio de 228,7% ou R\$ 756 milhões. A Tele Celular Sul, e a Tele Nordeste Celular foram arrematadas pelo consórcio União Globo Bradesco (50%) e Telecom Itália (50%) com ágios respectivos de 204,35% e 193,3%. A Tele Centro Oeste Celular foi a única *holding* que passou a ser controlada por um grupo exclusivamente nacional, a Splice do Brasil, que já participava da banda B na capital paulista e teve o menor ágio de celulares, cerca de 91%. A última *holding* a ser leiloada foi a Tele Norte. O consórcio vencedor foi a Telepart, associado ao capital nacional do banco Opportunity e fundos de pensão da empresa canadense Telesystem Internacional Wireless.

De acordo com Branquinho e Pires (2000), os grandes vencedores do leilão foram os grupos estrangeiros, sobretudo os espanhóis e os portugueses. Das 12 empresas vendidas, quatro foram arrematadas por consórcios de capital estrangeiro, em seis houve associações entre o capital estrangeiro e o capital nacional e apenas duas foram arrematadas por grupos exclusivamente nacionais. Os consórcios estrangeiros investiram R\$ 8,026 bilhões e os nacionais R\$ 3, 874 bilhões. Em associação, estrangeiros e o capital nacional investiram R\$ 10,157 bilhões. Os espanhóis e portugueses através de Portugal Telecom e da Telefônica de Espanha arremataram a

Telesp (maior empresa de telefonia fixa), a Telesp Celular (maior estatal de Telefônica móvel) e a Tele Sudeste Celular, que abrange os estados do Rio e Espírito Santo. Juntos, esses dois grupos desembolsaram R\$ 10,97 bilhões, ou seja, 46,7% do total arrecadado no leilão. Esses dois grupos se associaram depois do leilão e a Portugal Telecom entraria na Telesp e a Telefônica assumiria parte das ações da Telesp Celular.

Novos rumos para as teles após as privatizações: crescimento da telefonia móvel e diminuição da fixa

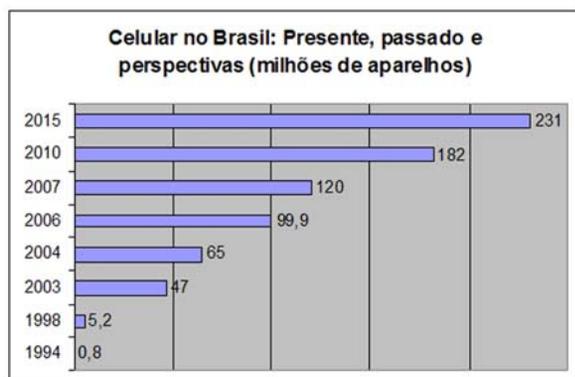
Segundo Branquinho, Castro e Sadenberg (2002) a presente década assiste a um desenvolvimento vertiginoso desse segmento. No essencial, isto se deve, do lado da oferta, à melhoria da qualidade da radiotransmissão/recepção e forte queda nos custos médios de implantação e operação; de outro lado, à abertura do leque da demanda, à medida que estes atributos da oferta, sob a forma de níveis mais elevados de serviços, a preços menores, vêm sendo percebidos pelos atuais e potenciais usuários. De acordo com os autores, o aumento da renda per capita, em particular nos países de renda mais baixa, reforça este movimento da demanda. Vale mencionar a existência de demanda reprimida em vários países com dificuldades para ampliar a capacidade instalada.

Os autores enfatizam o aumento da demanda por aparelhos celulares na última década, visto que estes se tornaram mais baratos após a diminuição em seus custos de produção, devido ao progresso tecnológico.

De acordo com a Anatel, em julho de 2008, o Brasil registrava 133,1 milhões de celulares, e se continuar neste ritmo, que tem evoluído nos últimos cinco anos, o país alcançará mais de 200 milhões no ano de 2015. A privatização acelerou incrivelmente a expansão da rede telefônica brasileira. Atualmente, para a maioria dos brasileiros tudo isso é habitual, embora no começo dos anos 1990, o país era totalmente carente de telefones, esta situação é bem sinalizada no gráfico 1.

O indicador usado internacionalmente para

GRÁFICO 1



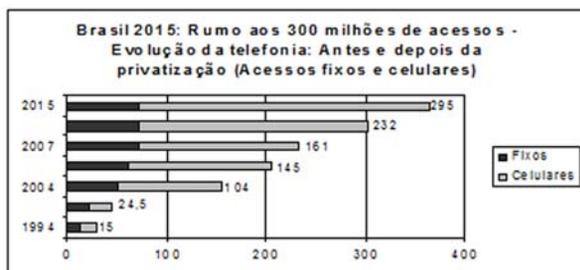
Fontes: Anatel, TeleQuest, Teleco.

a disponibilidade de telefones numa sociedade é o número de acessos (fixos ou móveis) por cem habitantes. Pois bem: em 1980, o Brasil tinha apenas oito telefones ou acesso por cem habitantes; dez anos depois, eram treze por cem. A evolução durante o período Telebrás era muito lenta. Nas décadas de 1970 e 1980, a escassez era tão elevada que criou um mercado paralelo de telefones: uma linha residencial chegou a custar o equivalente a US\$ 5 mil em diversos bairros da cidade de São Paulo. Em 1991, algumas linhas telefônicas destinadas a empresas eram vendidas por cerca de US\$ 10 mil em diversos pontos da grande São Paulo – como em Alphaville, no município de Barueri (Siqueira, 2008, p. 69). O gráfico 2 representa bem esta situação:

A fuga de investimentos estrangeiros em telecomunicações no Brasil

Segundo Branquinho e Pires (2000), na época dos leilões da banda B e das empre-

GRÁFICO 2



Fonte: Anatel.

sas Telebrás, havia investidores estratégicos e investidores financeiros. Os estratégicos ficariam no país por uma ou duas décadas, ganhando dinheiro com a operação. Os financeiros saíam depois de cinco ou sete anos, recuperando os investimentos feitos.

Com exceção da Telefônica e, em menor escala, da Portugal Telecom (cuja situação já estava complicada), são poucos os remanescentes estrangeiros no Brasil (ver quadro 2). A partir daí apenas a Telmex/América Móvil surgiu disposta a investir para operar.

Empresas que aportaram por aqui entre 1997 e 1998 (nos leilões de celular e na venda das estatais), tais como a BellSouth, Telia, TIW, Bell Canadá, Iberdrola, MCI, Sprint, NTT e Telecom Itália, saíram ou manifestaram o desejo de vender seus investimentos no Brasil. O mesmo se deu com acionistas brasileiros, como Inepar, Splice, RBS, Globo, Algar e Maçal. Restaram os acionistas da Telemar (GP, Andrade Gutierrez e La Fonte), atualmente Oi, e os fundos de pensão do BNDES, além do Citibank e do Opportunity (Teletime, 2009).

QUADRO 2 : ACIONISTAS QUE DESINVESTIRAM

Grupo econômico	País/Setor
Estrangeiros	
BellSouth	EUA
Telia	Finlândia
TIW	Canadá
Bell Canadá	Canadá
Iberdrola	Espanha
MCI	EUA
Sprint	EUA
NTT	Japão
Telecom Itália	Itália
Nacionais	
Inepar	Construção e energia
Splice	Telecomunicações
RBS	Mídia
Globo	Mídia
Algar	Agronegócio, telecom. e Mídia
Macal	Comércio eletrônico e outros

Fonte: Teletime

Esse é um sinal importante de que o modelo que funcionou nos seus primeiros anos precisa ser renovado. A concentração também preocupa, visto que as únicas empresas estrangeiras que estão investindo no Brasil, de forma relevante, são a Telefônica e a Telmex. A tendência é a consolidação em torno dos atuais *players*, como Telefônica e Telmex, que já têm uma atuação importante em toda a América Latina.

Considerações finais

As tendências atuais remetem ao cenário pós-privatizações, em que capitais nacionais e estrangeiros investiram bilhões no setor. Porém, atualmente ocorre o contrário daquele momento, em que muitas empresas entraram nesse mercado sem a intenção de se estabelecerem de forma sólida no país, apenas seguindo o rumo dos capitais flutuantes, muitas inclusive abandonaram o mercado, caracterizando um período de mais de cinco anos de desinvestimento e estagnação do setor. Hoje, as empresas remanescentes, principalmente os grandes *players* das telecomunicações, querem se consolidar no mercado, tanto em âmbito nacional quanto internacional, angariando novos

processos de fusões e aquisições, principal meio de se manter competitivo num ambiente onde cada vez mais as grandes corporações são protagonistas.

Porém, a formação de grandes empresas não é o único desafio, o desenvolvimento de novas tecnologias é extremamente relevante. As empresas que não investirem em novas tecnologias não terão condições de sobreviver no mundo globalizado das comunicações. No setor, a atualização técnica é muito rápida, as transformações tecnológicas criaram ambientes muito diferentes do que era imaginado há dez anos. Basta lembrar a revolução que a internet ofereceu ao serviço de telefonia, ou a multiplicação de possibilidades abertas com a chegada das redes. Vale lembrar sempre que avanços tecnológicos não realizados não esperam para cobrar seu preço. Quanto à privatização da Telebrás, a dúvida que fica é sobre o que aconteceria se esta tivesse tido liberdade de investimento. Seria hoje o que é a Petrobrás? Com atendimento pleno da demanda e presença no exterior? Curiosamente, os argumentos que foram favoráveis à fusão das telefônicas Oi e Brasil Telecom são de apelos patrióticos. Como ambas as companhias são de capital nacional e possuem acionistas do governo, a sugestão era de que a união acirraría a concorrência com empresas estrangeiras.

Referências bibliográficas

- ADNER, R.; LEVINHAL, D. A. *Especialização de tecnologia e o caminho de tecnologias emergentes*. In: DAY, G.S. SCHOEMAKER, P.J.H. GUNTHER, R.E. *Gestão de tecnologias emergentes: a visão da Wharton School*. Porto Alegre, Bookman, 2003.
- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. *In: Números do setor*. Disponível em www.anatel.gov.br. Acesso em 15 de agosto de 2009.
- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. *Relatório anual 2001*. Anatel, Brasília, 2001.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em www.bndes.gov.br. Acesso em 13 de Abril de 2009.
- BVRJ. Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em www.bvrj.com.br. Acesso em 10 de Janeiro de 2009.
- BRANQUINHO, A.M; Castro, J.C e Sadenberg, H, E, P. *Telefonia celular móvel*. In: Informe infra-estrutura. Área de projetos e infra-estrutura do BNDES. Nº 15. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- BRANQUINHO, A.M. e Pires, L.J. *Fusões e Aquisições no setor de Telecomunicações: características e enfoque regulatório*. *Revista BNDES*, nº 83, Rio de Janeiro, BNDES, 2000.

- BRESSER, L.C.P. *A mudança no padrão de financiamentos dos investimentos. Revista de Economia Política*, vol .7, n. 4, São Paulo, USP, 1987.
- CHESNAY, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.
- CNI/CEPAL *Investimentos na indústria brasileira 1995/1999: características e determinantes*. CNI, Rio de Janeiro, 1997.
- COUTINHO, L. *Investimentos externos no Mercosul / Daniel Chudnovsky (org.)*; Campinas,SP. Papirus: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.
- COUTINHO, L.; CASSIOLATO, J. e SILVA, A.N. *Telecomunicações, Globalização e Competitividade*. Campinas, Papirus, 1995.
- FAM, H. V. *Privatização da Telebrás: uma análise sob a ótica da teoria dos leilões*. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) para a obtenção do título de Mestre em Economia. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- FURTUSO, M. C. O.; SILVA, M. V. ORTONTTO, A. M. H.; *A Crise de Endividamento Externo e o Desajuste Interno da Economia Brasileira nos Anos Oitenta*. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000500011. Acesso em: 22 jan. 2008.
- GIAMBIAGE, F. e Além, A.C. *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.
- GORDINHO, M. C. *Telecomunicações: Memória*. São Paulo, Marca D'Água, 1997.
- MELLO, M.F. *A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos experiências*. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Economia. São Paulo, USP, 1992.
- MOREIRA, T. Enredo da "supertele" teve início em 1998. In: *Valor Econômico*. Publicado em 28 de abril de 2008. São Paulo.
- MOREIRA, T. e Camarotto, M. Teles investem mais de R\$ 16 bilhões em 2008. In: *Valor Econômico*. Publicado em 28 de março de 2008. São Paulo.
- NEVES, M.S. *O setor de telecomunicações*. In: São Paulo, E.M. e Kalache Filho, Jorge (Orgs.). *BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais*. 1ª ed., São Paulo, DBA Artes Gráficas, 2002.
- PADILHA, M. L. A telefonia fixa em perspectiva. In: São Paulo. *Panorama Setorial. Gazeta Mercantil*. Vol. I, São Paulo, Gazeta Mercantil S.A, 2001.
- PIRES, J,C,L. A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil. In: *Políticas Regulatórias no Setor de Telecomunicações: a experiência internacional e o caso brasileiro*. *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, BNDES, 2000. Disponível em www.bndes.gov.br.
- RITTNER, D. Anatel vai rever contratos de concessão. In: *Valor Econômico*. Publicado em 18 de Junho de 2008. São Paulo.
- SIFFERT, Filho, N.; Silva, C.S. As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças, In: Giambiage,F. Moreira,M.M (org). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- SIQUEIRA, E. *Três momentos da história das telecomunicações no Brasil*. São Paulo, Dezembro Editorial, 1997.
- SIQUEIRA, E. *Para compreender o mundo digital*. São Paulo: Globo, 2008.
- SIQUEIRA, E. Dez anos de telecomunicações privatizadas. In: *O Estado de São Paulo*. Publicado em 03 de Agosto de 2008.
- TELETIME. Revista Eletrônica de Telecomunicações. Disponível em www.teletime.com.br. Acesso em 10 de Janeiro de 2009.

UEDA, V. A implantação do telefone: O caso da companhia telefônica – melhoramento e resistência. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, nº 46, Universidade de Barcelona, Espanha, 1999.

Resumen: En este artículo, entender la política nacional de privatización de las empresas de telecomunicaciones, las motivaciones y los efectos generados por la inversión extranjera en el sector, fue necesario reconstruir la historia de cinco décadas, basada en una revisión de la literatura sobre el tema y el análisis de datos de instituciones como el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social, la Agencia Nacional de Telecomunicaciones, la Bolsa de Valores de Río de Janeiro y la prensa nacional, debido a la temática contemporánea. Se señaló que este segmento registró un cambio estructural importante, no sólo en Brasil sino también en el mundo, especialmente en lo que respecta a la recogida y fuerzas tecnológicas que regulan la competencia y las relaciones comerciales de esta cadena. La industria de las telecomunicaciones ha experimentado una transformación importante en los años 90, más precisamente después de la privatización Telebrás, añadiendo compañías gigantes extranjeras en la economía brasileña.

Palabras-claves: Privatización, Telecomunicaciones, inversiones extranjeras

Résumé: Dans cet article, afin de comprendre la politique nationale de privatisation des entreprises de télécommunications et les motivations et les effets générés par les investissements étrangers dans le secteur, il était nécessaire de reconstruire l'histoire de cinq décennies, basée sur une revue de littérature sur le sujet et l'analyse données auprès des institutions comme la Banque nationale de développement économique et social, l'Agence nationale des télécommunications, la Bourse de Rio de Janeiro et de la presse nationale elle-même, en raison du thème contemporain. Il a été noté que ce secteur a enregistré un changement structurel majeur, non seulement au Brésil mais aussi dans le monde, notamment en ce qui concerne la collecte et les forces technologiques qui régissent la concurrence et les relations commerciales dans cette chaîne. L'industrie des télécommunications a subi une transformation majeure dans les années 90, plus précisément après la privatisation de la Telebrás, en jouant le géant des entreprises étrangères dans l'économie brésilienne.

Mots clés: privatisation, télécommunications, investissements étrangers

Notas

1 Este artigo é parte da monografia referente à conclusão do curso de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, apresentada em 2009, por Mavine P. B. Monteiro.